

Coisas Diversas

Eduardo de Moraes

Além da situação do Estado referente aos negócios do porto, o Estado teve o seu contrato para a execução de obras novas, facilitado o governo perceber tanta coisa e entregando-lhe o produto do lucro, e podendo dispor do total das verbas para garantia do pagamento dos serviços e obras durante 30 dias.

Depois o prazo de 30 dias, não foi prorrogado, e reunida a Comissão julgadora para receber propostas, teve, apenas, que chegar-se a lavrar a licitação não tendo comparecido promotores, do que, aliás, que nos consta, não deu o governo ainda notícia.

Que fazer, nestas condições? Poderia o Estado abrir uma concorrência modificando as cláusulas do edital, poderia fazer os serviços por administração, mas não lhe aproveitaria as duas soluções, aliás, muito corretas, admitindo, mesmo, na primeira hipótese, ficasse incumprido o propósito de acrescentar plano financeiro, porque não há plano financeiro possível.

Para execução dos serviços a preços mínimos que se pode alcançar mediante um contrato, tendo como garantia de 30 dias ou substituto e renda líquida das Docas. Sucede, porém, que estas garantias estão afetadas até 1940 ao empréstimo americano, e o Estado não pode oferecer, pois, todas as suas receitas estão hipotecadas de fato, ou por força de contrato eventuais.

Um fato é, porém, o que não se pode esquecer: o Estado não pode executar aqueles e suportar estes.

Não obstante a União permitir que os Estados e municípios deixassem de satisfazer os serviços de furos e amarrações de obras comprometidas ao exterior, e depositassem a importância correspondente ao cambio de 60 no Banco do Brasil, o que foi realmente cumprido pela Prefeitura do Recife, o Estado não poderia aceitar, estando a dever milhares de contos, que terá que pagar, na liquidação de contas, pela sua dívida não ficou cancelada e sim suscitada.

Se cancelada ficasse suscitada, devido à União o compromisso de satisfazer, sendo mais um motivo para a União rescindir o seu contrato. Depois disso que o Estado não poderá conseguir empréstimo como acima referido, limitando-se a sua ação a simplesmente a exemplo muito parcial de serviços de obras com as economias realizadas entre as receitas das duas verbas acima referidas e despesas ordinárias do porto, que importa em não cumprimento por parte do Estado do contrato atual.

O Estado está num impasse do qual só pode sair transferindo a União os serviços e exploração do porto. Tendo mais a ser procurar mais humilhações.

Nos próximos artigos nos ocuparemos do Decreto N. 8 de 2 de Agosto deste ano publicado no dia 18 do corrente no Diário.

21 DE AGOSTO — Terça-feira. O dia de hoje é dedicado aos Santos Anjos.

LAZARUS — Na Igreja do Convento de S. Francisco.

MISSEAS — Nos principais templos, das 8 às 9 horas.

CURIA METROPOLITANA — Não haverá audiência.

CAMARA ECLESIASTICA — Expediente das 8 às 9 horas.

CENTRO CATHOLICO DA GRACA

Realiza-se amanhã a posse da nova diretoria do Centro Social Católico da Graca. A eleição para o biênio de 1934 a 1936, assim constituída: presidente — José Tavares Neto; vice — Costa Rego Junior; 1.º secretário — Renato Serrano; 2.º ditto — José Caldas Junior; tesoureiro — dr. Simão Junior; vice — José Francisco de Souza e tesoureiro — dr. Benedito Camara.

A autoridade terá início depois da missa das 7 horas a que comparecerão os sócios do Centro; será celebrada pela vigária monsenhor Ambrosio Leite, finda a qual será oferecido aos afores café com bolinhos, seguindo-se a posse da diretoria.

O atual presidente sr. Costa Rego Junior, prosseguindo a sessão, fará a leitura do relatório da sua gestão.

UNIAO DOS MOCOS CATHOLICOS DO SANCRO

Realiza-se hoje, às 19 h. 30, uma sessão geral extraordinária da União dos Moccos Católicos do Sancio. Após a reunião, haverá a aula de religião a cargo do presidente do Conselho Estadual.

Vida Militar

1.ª Circunscrição de Recrutamento

Estão sendo convocados os reservistas domiciliados nos municípios de Olinda e Recife a apresentarem 1.ª Circunscrição de Recrutamento (seção do Registro), à rua Conde da Boa Vista N. 113, as declarações relativas às suas residências.

CREME DENTAL

Eucalol

A BASE DE EUCALYPTO

SEGUNDO CONCURSO DE TURISMO DO

"DIÁRIO DE PERNAMBUCO"

REALIZOU-SE ANTE-ONTEM, NO THEATRO MODERNO, O SORTEIO DO 2.º CONCURSO TURISTICO DO "DIÁRIO DE PERNAMBUCO"

Conforme estava anunciado, realizou-se ante-ontem, às 10 horas, no Teatro Moderno, gentilmente cedido pela firma Ribeiro & Fernandes, Ltd., o sorteio dos prêmios do 2.º Concurso de Turismo promovido pelo "DIÁRIO DE PERNAMBUCO".

O ato que foi muito concorrido, teve a presidência do sr. coronel Frigio Lima, fiscal do Governo Federal e o comparecimento dos diretores, redatores e funcionários administrativos desta folha, além de numerosas famílias e outras pessoas de relevo social.

O sorteio foi processado por meio de cinco rodas Fichet, sendo rigorosamente observadas as instruções a respeito anteriormente publicadas e de tudo sendo lavrada pela Fiscalização circunstanciada ata.

Foi o seguinte

O RESULTADO DO SORTEIO			
1.º premio	15112	9.º premio	03481
2.º premio	14380	10.º premio	08143
3.º premio	09092	11.º premio	04122
4.º premio	14988	12.º premio	14986
5.º premio	15190	13.º premio	11196
6.º premio	15003	14.º premio	03436
7.º premio	02382	15.º premio	15721
8.º premio	06750		

LISTA DOS PREMIO

- 10 contos de reis para financiamento duma viagem ao Rio de Janeiro em 1.ª classe, ida e volta, hospedagem durante 30 dias nos melhores hotéis, despesas de frete, gorjeta etc.
- Uma rica e bela radiola RCA, do ultimo modelo, n. 321, da VICTOR, servindo como aperfeiçoadissima eletrônica e ainda como rádio de extraordinária potencia, funcionando tanto em onda curta como em larga.
- Uma linda e forte máquina de escrever, portátil, da renomada fabrica ROYAL, de que é depositario no Recife a CASA RAMIRO à rua Joaquim Tavora n. 14 e 24.
- Uma máquina fotografica KODAK, com objetiva anastigmatica F.6.3, no valor de Rs. 500.000, oferta do conceituado estabelecimento CASA STOLTZ, S.A. à rua João Pessoa n. 193, únicos revendedores autorizados neste Estado da KODAK BRASILEIRA LTDA.
- Um termo de "smoking" ou um custoso pijama feminino, em flanela, para praia — confecção da acreditada ALFAIATARIA IMBELLONI, à rua da Matriz, 68.
- Um termo de lá pra, padrão moderno e esmerado feito, das reputadas manufaturas gaúchas RENNEN, de que são representantes CYSNEIROS & CIA. à rua do Imperador n. 303.
- Um finissimo pijama de seda, oferecido pela conhecida CASA IRIS, especializada em artigos finos para cavalheiros, à rua Joaquim Tavora, 73.
- Um serviço de electro-prata para café, com 6 peças, gentilmente oferecido pela METALURGICA PERNAMBUCANA, dos conceituados industriais srs. F. Conte & Cia., com depósito à rua Paulino Camara, 63.
- Uma coleção de 10 romances de aventuras do conhecido escritor alemão Karl May em primorosa tradução portuguesa, edição da LIVRARIA GLOBO, de Porto Alegre.
- Para cada, um chafé pluma marca RAMENZONI, ultima criação e fina fabricação, classificado Hros Concursos, na Exposição Internacional de Londres, de 1933, oferta do sr. Fernando Saravia, representante da Fabrica de Chapéus Finos de Feltro e Palha, de Dante Ramenzonei & Cia. Ltda. de S. Paulo.
- Uma coleção de 16 volumes escolhidos entre os melhores romances policiais do famoso novelista Edgar Wallace, em cuidada edição da LIVRARIA GLOBO, de Porto Alegre.
- Uma excelente bola de futebol, tipo "Espadarte", n. 5, oferta da antiga CASA VITO DINIZ à rua Duque de Caxias n. 210.
- Uma assinatura anual do "Diário de Pernambuco".
- Um par de calçado para senhora ou cavalheiro, modelo da moda e resistente, oferecido pela CASA ALBINO MAIA, à rua Joaquim Tavora, 98.

PAGAMENTO DOS PREMIO SORTEADOS

São convidados os portadores dos títulos contemplados no sorteio, de acordo com o resultado acima divulgado, a virem receber no escritório mercantil do "DIÁRIO DE PERNAMBUCO" os prêmios a que têm direito. Preservarão os prêmios que não forem reclamados dentro do prazo de noventa dias a contar da data do sorteio.

NOTA IMPORTANTE

A Empresa avisa a todos os interessados portadores de bonos, que aguarda a correspondência das suas Sucursais e Agencias, a fim de verificar se teria ficado na BOIA qualquer dos bonos premiados. Em caso afirmativo FARA' PROCEDER EM DIA PREVIAMENTE ANUNCIADO, A UM NOVO SORTEIO.

SUMARIO DE IMPRENSA

REVISTA NACIONAL — Acaba de aparecer mais um numero desse mensuario de intercomum literario e cultural no Brasil, fundado por Afonso Costa e milagrosamente mantido graças aos seus esforços, mensuario que, na opinião de Alcides Bezerra, diretor do Arquivo Nacional, pertence ao numero das obras que mais honram a cultura brasileira e que, pela copia de informações literarias de todo o país, pela escolhida colaboração que acolhe em suas paginas, está destinada a ser indispensavel fonte de consulta.

O presente numero refere-se a agosto e contém trabalhos dos escritores Abreu-Aliar Neto, Alina de Freitas, Arnold Colmbra, Artur Maria, Attila Cosser, Candido Jucá, Carlos Ribeiro, Edras Farias, Firmo Dutra, Pinto de Abreu, Gilberto Bretão, Heitor Stockler, Humberto Carneiro, Mario Melo, Mario Seta, Mattoz Maia Forte, além de farto noticiário de interesse para as letras e do movimento intelectual dos Estados.

MODA E BORDADO — Temos em nosso poder o ultimo numero desse magnifico mensuario editado no Rio de Janeiro pela Sociedade Anonima O MALHO.

Com a sua costureira e excelente feição material, *Moda e Bordado* dia a dia vai conquistando maiores simpatias.

Numerosas e interessantes toletas para a estação invernal e a proxima época de verão, lindamente impressas em cores, traz ainda varias paginas com lindos modelos de chapéus para senhoras e crianças, tudo devido nos mais afamados costureiros parisienses e newyorkinos.

Está a venda nos principais pontos jornalísticos da cidade.

ARTE DE BORDAR — Já está em circulação no Recife o ultimo numero desse mensuario da bordados e artes decorativas.

Os mais interessantes e originais desenhos, bordados para toalhas, sobrecolchas, toalha de mesa e outros artigos aplicados.

RADIO - ELETRICIDADE

RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO

P. R. A. S.

PROGRAMA PARA HOJE

9 horas — Jornal da manhã. Serviço telegrafico — Notícias diversas.

9.15 — Gravações de musicas leves.

10 horas — Literatura.

10.15 — Gravações de trechos de operas.

11.30 — Gravações classicas da casa Oscar Amorim & Cia.

12 horas — Hora certa dada pelo Observatorio Nacional. — Gravações populares da casa Oscar Amorim & Cia.

13 horas — Gravações de trechos de operas.

14 horas — Quarto de hora educativo das crianças.

15.15 — Gravações populares — Rádio Jornal de PRAS.

16.30 — Gravações orquestrais.

17 horas — Hora certa, para o interior do Estado — Gravações populares.

19.30 — Serviço de publicidade da Imprensa Nacional.

20 horas — Programa dedicado a PRA-4. Rádio Sociedade da Bahia, com Carmen Dolores, Vence Cunha, Jonas de Souza, Orquestra de Salão, Nelson Ferreira, Conjunto Pernambucano.

20.30 — Dilce Pereira e Quinteto Pernambucano.

20.45 — Jonas de Souza e Conjunto Regional.

21 horas — Programa do Armazem Caxias, com gravações escolhidas.

21.15 — Programa Miscelanea com Carmen Dolores, Dilce Pereira, Vence Cunha, Jonas de Souza, Aires Pessoa, Nelson Ferreira e Conjunto Regional — Boletim Informativo de ultima hora — Notícias telegraficas do país e do estrangeiro.

22 horas — Silencio.

NOS DOMINIOS DIREITO

SOBRE A INVESTIGAÇÃO DA PATER- NIDADE NATURAL-UM BRILHANTE VOTO DO DESEMBARGADOR CUNHA BARRETO

Noutro dia a nossa atual Corte de Apelação, a esse tempo Superior Tribunal de Justiça do Estado, foi agitada com o julgamento de um feito interessantissimo.

Tratava-se de um caso de investigação da paternidade natural.

Em voto brilhantissimo, o Ilustre desembargador Cunha Barreto focaliza o assunto nas suas nuances, dando aos estudiosos de direito um trabalho precioso.

APELAÇÃO N. 22.556

Apelantes e Apelados:

Dona Alice Martins Saldanha. A viúva e herdeira do Comendador Joaquim de Lima Amorim. Declarado de voto do Desembargador CUNHA BARRETO.

EMENTA — O reconhecimento voluntário do filho natural é equivalente a confissão. É irretratável, todavia, não se podendo anular por quem tiver interesse, como o filho e o próprio pai que reconheceu.

Não basta que o filho reconheça o pai, ou o pai reconheça o filho, para que o reconhecimento seja válido. É preciso um debate judicial para invalidar o registro.

O filho que reconheceu não pode pretender outra paternidade, pois o reconhecimento anterior.

Prescreve em — a ação para anular o reconhecimento anterior, feito durante a menoridade. Não constitui direito adquirido a prescrição em curso.

Efeito do caso julgado nos acções de estado.

Tem o filho no caso figurado duas acções concurrentes, que podem ser cumuladas ou não, dependendo da natureza da acção.

Na concorrencia de acções a regra geral é a autonomia das acções, operando-se a prescrição de cada uma sem influencia sobre a outra. Entretanto, na concorrencia de acções e concorrentes, pode acontecer que uma acção seja condicionante, e a outra condicionada. Nesse caso, prescreve a acção condicionada, não podendo ser exercida a condicionante.

CUNHA BARRETO — Houve duas preliminares no julgamento desta acção, cada uma proposta, discutida e decidida separadamente, ambas vencidas, uma proposta pelo Relator, no sentido de considerar a A. carecedora da acção de investigação da paternidade natural, por não haver sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior, conforme preservem os arts. 162 e 178 § 9.º VI do código civil, uma vez que conforme sustentei, o reconhecimento anterior impede a investigação da paternidade natural, por não ter sido previamente o reconhecimento, nem cumulado com a prescrição da acção de anulação do reconhecimento anterior, por outro não o pretendido pelo Comendador Joaquim de Lima Amorim. A outra questão prejudicial, por mim levantada, era a validade da prescrição da acção de anulação, que compete ao filho natural reconhecido durante a menoridade, para a acção de anulação do reconhecimento anterior,

PARQUE

RIBEIRO & FERNANDES Ltda.
SOIRÉE diariamente às 19 e 21 horas
MATINEE nas Quintas-feiras, Sábados, Domín-
gos, Feriados e Dias Santos às 14.30

MODERNO

Ingresso: 3\$300 — Criança: 2\$200

HOJE - Soirée às 19 e 21 horas - HOJE

A "WARNER-FIRST NATIONAL" apresenta
BELEZAS EM REVISTA

Um cento das mais belas mulhe res que tem a America!
O mais belo romance — a musica mais encantadora
com JAMES CAGNEY — JOAN BLONDELL — RUBY KEELER
DICK POWELL — GUY KIBBEE — OLAFIE DODD
NOTA — Este filme voltará para o sul após as exhibições neste
cinema

No mesmo programa: O FOX AIRPLANE NEWS N. 7x90 apre-
senta sensacional reportagem: OCHANCELER DOLLFUSS E' AS-
SASSINADO POR TERRORISTAS, EM VIENNA. E o desenho:
BOSCO, O REI DA VELOCIDADE

A partir de SEGUNDA-FEIRA 27 do corrente!
UM ESPETACULO RELIGIOSO DEDICADO AO PUBLICO CATO-
LICO DE RECIFE com

JOSE' MOJICA no seu grande filme

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Uma vibração de beleza, e um poema de sacrificio e religião: —
Super-produção da FOX MOVIE TONE
NOTA — Este filme só passará neste cinema

HOJE - Soirée às 19 e 21 hs - HOJE

A "METRO-GOLDWYN-MAYER" apresenta

MUSICA: ALICE BRADY ROMANCE!
BAILADOS! MAUREEN O' SULLIVAN
FRANCHOT TONE — PHILLIPS
HOLMES — TED HEALY e a "girls" de ALBERTINA num ro-
mance "feerie":

BEIJOS POR DINHEIRO

Improprio para crianças. (Com. Cens. Cinematografica)
Abrirá o programa: METROTONE NEWS 214 e a comédia BECO
SEM SAÍDA

A começar de QUINTA-FEIRA — O filme PARAMOUNT
Uma nova criação da gloriosa SYLVIA SNEYD

ACHADA NA RUA

a inesquecível creadora da "Madame Butterfly" com GEORGE
RAFT o galã da atualidade:
Paginas Dramaticas da Vida de uma Mulher que não era Santa,
mas que ninguém poderá condenar sem condenar também o Amor!

ROYAL

Ingresso: 2\$600 — (Sessões continuas) — Criança: 1\$600

HOJE PELA ÚLTIMA VEZ HOJE

A "WARNER-FIRST NATIONAL" apresenta
AFRICA INDOMAVEL

O filme que interessa a todas as idades, pelo Ineditismo de
suas visões!
Abrirá o programa: RELAMPAGOS ESPORTIVOS N. 6
Natural

AMANHÃ e DEPOIS — A "FOX FILME" apresenta

SALLY BLANE — em — RALPH MORGAN
MEIA NOITE

Um drama vertiginoso e uma delicada historia de amor
Improprio para crianças até 10 anos completos. (Com-
Cens. Cinematografica)

SEXTA-FEIRA A MULHER QUE EU AMEI

Com KAY FRANCIS e ED. G. ROBINSON
Um filme de alto luxo da "Warner-First National"

LLOYD BRASILEIRO

ALBERTO FONSECA & Cia. Ltda. - AGENTES

Avenida Marquez de Olinda, 122 (TERREO) — Phones: 9343 e 9262

NORTE

LINHA MANAOS — BUENOS-AYRES

"SANTOS"

(10.203 tons. de deslocamento)
De BUENOS-AYRES e escalas, é espe-
rado no dia 28, sahirá no mesmo dia,
para: FORTALEZA, BELEM, SANTA-
REM, OBIDOS, PARINTINS, ITACOA-
TIARA e MANAOS.

"BAEPENDY"

(11.883 tons. de deslocamento)
De BUENOS-AYRES e escalas, é espe-
rado no dia 5 de Setembro, sahirá no
mesmo dia, para: CABEDELO, NATAL,
FORTALEZA, S. LUIZ, BELEM, SAN-
TAREM, OBIDOS, PARINTINS, ITA-
COATIARA e MANAOS.

LINHA SANTOS — BELEM

(Sahidas as Quartas-Feiras)

"RODRIGUES ALVES"

(4.890 tons. de deslocamento)
De SANTOS e escalas, é esperado no
dia 22, sahirá no mesmo dia, para: CA-
BEDELO, NATAL, FORTALEZA, TU-
TOYA (Parahyba), S. LUIZ e BE-
LEM.

"COMMANDANTE RIPPER"

(5.319 tons. de deslocamento)
De SANTOS e escalas, é esperado no
dia 29, sahirá no mesmo dia, para: CA-
BEDELO, NATAL, FORTALEZA, S. LUIZ
e BELEM.

PASSAGENS: — As encomendas somente serão respeitadas
VALORES: — Devendo ser entregues a agência devidamente
CARGAS EM TRANSITO: — Recebendo para PARAHYBA com
PALMAR, com baldeação em PELOTAS — Para ROSARIO, ASUNCION,
BORDO em MONTEVIDEO — Para MAGALLANES, QUARTO MONTT,
e ARICA (CHILE), com transporte em RIO DE JANEIRO.

RECLAMAÇÕES: — Sobre FALTA ou AVARIA em mercadorias, de procedência estrangeira ou do país, serão acceitas quando apre-
sentadas por escrito no prazo de 72 horas após a — entrega da mercadoria, tornando indispensável aos reclama-
mentos assinarem e Modelos (proprio para o caso), que será fornecido por esta Agência. — PARA MAIS INFORMAÇÕES COM OS AGEN-
TES. — Telefones: — 9342 informações — 9262 Seção de fretes.

SUL

LINHA MANAOS — BUENOS-AYRES

"CAMPOS SALLES"

(10.203 tons. de deslocamento)
De MANAOS e escalas, é esperado no
dia 27, sahirá no mesmo dia, para: MA-
CEIO, S. SALVADOR, VICTORIA e RIO
DE JANEIRO.

"CAMPOS"

(Cargueiro)

De MANAOS e escalas, é esperado no
dia 4 de Setembro, sahirá no mesmo dia,
para: MACEIO, S. SALVADOR, VICTO-
RIA e RIO DE JANEIRO.

LINHA SANTOS — BELEM

(Sahidas aos Sábados)

"ALMIRANTE JACEQUAY"

(12.000 tons. de deslocamento)
De BELEM e escalas, é esperado no
dia 25, sahirá no mesmo dia, para: MA-
CEIO, S. SALVADOR, RIO e SAN-
TOS.

De BELEM e escalas, é esperado no
dia 25, sahirá no mesmo dia, para: MA-
CEIO, S. SALVADOR, RIO e SAN-
TOS.

EUROPA

LINHA SANTOS — HAMBURGO

"SIQUEIRA CAMPOS"

(12.823 tons. de deslocamento)

De SANTOS e escalas, é esperado
hoje, pela manhã, atracará no Armazem
2, sahirá hoje, à noite, para: LISBOA,
LEIXOES, VIGO, HAVRE, ANVERS, RO-
TERDAM e HAMBURGO.

PROXIMAS SAHIDAS PARA EUROPA
RAUL SOARES ... à 5-9-34
CUYABA ... à 20-9-34
ALTE. ALEXANDRINO ... à 5-10-34

"CUIABA"

(11.255 tons. de deslocamento)
De HAMBURGO e escalas, é espera-
do no dia 23, sahirá no mesmo dia, para:
S. SALVADOR, RIO e SANTOS. (Não
recebe passageiros).

LINHA SANTOS — NEW-ORLEANS
"CABEDELO"
(Cargueiro)

De SANTOS e escalas, é esperado no
dia 23, sahirá no mesmo dia, directo a
NEW-ORLEANS. Recebe cargas para:
TAMPICO (Mexico).

VIAGEM EXTRAORDINARIA

"AYURUOCA"

(Cargueiro)

De SANTOS e escalas, é esperado no
dia 22, sahirá no mesmo dia, para: POR-
TALSA e LIVERPOOL.

até 74 horas antes da saída do vapor.
lacrados, 2 horas antes da saída do vapor.
baldeação em TUTOYA — Para JAGUARÃO e SANTA VICTORIA DO
PORTO MURTINHO, PONTO ESPERANÇA e CORUMBA, com trans-
CORRAL, TALCAHUANO, VALPARAISO, IQUERQUE, ANTOFAGASTA

Companhia Nacional de Na-
vegação Costeira

VAPORES PARA O SUL

"ITABERA" — Esperado do porto de João
Pessoa, na quarta-feira, 23, sahirá no mesmo dia,
para: Maceio, Bahia, Victoria, Rio de Janeiro, San-
tos, Paranaíba, Antonina, Rio Grande, Pelotas e
Porto Alegre.

Recebe-se carga para os portos de Ilhéos, São
Francisco, Itajahy, Imbituba e Florianopolis, com
escrupulosa baldeação em Rio de Janeiro.

"ITAPE" — Esperado dos portos do norte, no
sábado 25, sahirá no mesmo dia, para: Maceio,
Bahia, Victoria, Rio de Janeiro, Santos, Rio Gran-
de e Porto Alegre.

Recebe-se carga para os portos de Ilhéos, São
Francisco, Itajahy, Imbituba, e Florianopolis,
com escrupulosa baldeação em Rio de Janeiro.

"ITAQUATIA" — Esperado do porto de João
Pessoa, na quarta-feira 29, sahirá no mesmo dia,
para: Maceio, Bahia, Victoria, Rio de Janeiro, San-
tos, Paranaíba, Antonina, Rio Grande, Pelotas e
Porto Alegre.

Recebe-se carga para os portos de Ilhé. São
Francisco, Itajahy, Imbituba e Florianopolis, com
escrupulosa baldeação em Rio de Janeiro.

VAPORES PARA O NORTE

"ITAIMBE" — Esperado dos portos do Sul na
segunda-feira 20, sahirá no mesmo dia, para: Na-
tal, Fortaleza, São Luiz e Belem.

Recebe-se carga para os portos de Santarem,
Obidos, Parintins, Itacotiara e Manaos, com es-
crupulosa baldeação em Belem.

VAPORES PARA JOAO PESSOA (Parahyba)
"ITABERA" — Esperado dos portos do Sul na
segunda-feira 20, sahirá no mesmo dia, para: João
Pessoa.

"ITAQUATIA" — Esperado dos portos do Sul
na proxima segunda-feira 27, sahirá no mesmo
dia, para: João Pessoa.

ULYSSES F. CORREIA

Avenida Alfere, Lisboa N. 10 — telefones: Sec-
ção de fretes: 9297 — Idem informações: 9214

ITALMAR

ITALIA - FLOTTE RIUNITE • COSULICH S. T. N.

PROXIMAS SAHIDAS

PARA EUROPA

NEPTUNIA 29 de Setembro
NEPTUNIA 17 de Novembro
OCEANIA 15 de Dezembro
NEPTUNIA 12 de Janeiro
COM ESCALAS EM
GIBRALTAR — ALGER —
NAPOLI — TRIESTE

PARA O SUL

NEPTUNIA 19 Setembro
NEPTUNIA 29 de Outubro
OCEANIA 26 de Novembro
NEPTUNIA 24 de Dezembro
COM ESCALAS EM
BAHIA — RIO DE JANEIRO
— SANTOS — RIO GRAN-
DE — MONTEV. — B. AIRES

Passagens de e para SYRIA — EGYPTO — INDIA — CHINA
e JAPON com a frota do
LLOYD TRIESTINO
(CONTE VERDE — VICTORIA — CONTE ROSSO)

ITALMAR S. A. Brasileira de Empresas Maritimas
AGENCIA GERAL PARA O BRASIL
Filial de Recife
AV. MARQUEZ DE OLINDA N. 129 — TEL. 9431

Pereira Carneiro & Cia. Limitada

IRATY

Presentemente no porto, sahirá depois da indispensável demo-
ra para os portos de Cabedelo, Natal e Macau.

PIAUHY

Presentemente no porto, sahirá na quarta-feira à tarde, para os
portos de Maceio, Rio de Janeiro e Santos.

AVISO — Previne-se aos srs. carregadores que as ordens de em-
barques só serão fornecidas até a véspera das sahiras dos vapores
contra entrega dos conhecimentos de embarques e despachos fede-
raes e estaduais.

Agentes:

PEREIRA CARNEIRO & Cia. — VIGARIO TENORIO

MALA REAL INGLEZA

PARA O SUL

ARLANZA

Esperado no dia 24 de
Agosto sahirá para: Bahia,
Rio de Janeiro, Santos, Mon-
tevidéo e Buenos Ayres.

VAPORES ESPERADOS

"Almanzora" — 20/9/34
"Arlanza" — 19/10/34
"Almanzora" — 16/11/34

PARA A EUROPA

ARLANZA

Esperado no dia 13 de Se-
tembro, sahirá para: S. Vi-
cente, Madeira, Lisboa, Cor-
na, Cherbourg e Southamp-
ton.

VAPORES ESPERADOS

"Almanzora" — 11/10/34
"Arlanza" — 8/11/34
"Almanzora" — 6/12/34

SERVICO DE VAPORES DE LONDRES E ESCALAS PARA:
RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEO E BUENOS
AIRES

HIGHLAND CHIEFTAIN em 31 de Agosto
HIGHLAND PRINCESS em 14 de Setembro
HIGHLAND BRIGADE em 28 de Setembro
HIGHLAND PATRIOT em 12 de Outubro
HIGHLAND MARJORCH em 26 de Outubro

SERVICO DE VAPORES CARGUEIROS
Para: HAVRE, ANTWERP, ROTTERDAM, HAMBURGO e
portos da Inglaterra

AGENTE:

M. NAUGHTON RUMBO

RUA DO BOM JESUS, 226 PHONE — 9.1.1.2
ROYAL MAIL LINE

Companhias Francezas de Navegação

CHARGEURS REUNIS TRANSPORTS MARITIMES

SERVICO DE CARGA E PASSAGEIROS

CHARGEURS REUNIS

PARA O RIO DA PRATA

O paquete BELLE-ISLE —
Esperado em 7 de Setembro,
destina-se à Bahia, Rio de Ja-
neiro, Santos, Montevideo e
Buenos-Ayres.

Excelentes logares p/passa-
geiros, ao par do mais gentil
tratamento e com um optimo
servico de cozinha.

PREÇOS ACTUAES:
Bahia ... 1.ª Classe 147\$700
Rio Janeiro 1.ª Classe 128\$100
Santos ... 1.ª Classe 498\$400
2.ª " 316\$200

LIPARI, chegará em 3.º de
Setembro, sahirá em 1.º de
Outubro. Receberá os Pere-
grinos ao Congresso Eucarís-
tico de Buenos-Ayres.

KERGULEN — B. AYRES
e esc. — 16/10/34

LEÃO & CIA.

RUA BARAO DO TRIUMPHO N. 51

PHONE N. 9145

Companhias Allemãs de Navegação

HAMBURG - AMERIKA

— LINIE —

SERVICO REGULAR DE PAQUETES ALLEMAES

O PAQUETE

GENERAL ARTIGAS

esperado neste porto no dia 27 de Agosto, sahirá depois
de curta demora para os portos de: MADEIRA, LISBOA, VI-
GO, BOULOGNE SUR-MER e HAMBURGO.

O PAQUETE

GENERAL ARTIGAS

esperado da Europa em 7 de Outubro, sahirá depois de curta
demora para os portos de: RIO DE JANEIRO, SANTOS, RIO
GRANDE, MONTEVIDEO e BUENOS AYRES.

PROXIMAS SAHIDAS

PARA A EUROPA: "General Artigas" ... 27.8.34
"General San Martin" 16.9.34
"General Osorio" ... 13.10.34
PARA O SUL: "General Artigas" ... 7.10.34
"General Osorio" ... 17.11.34
"General San Martin" 6.1.34

HAMBURG-SUEDAMERIKANISCHE
DAMPFSCHIFFFAHRTS GESELLSCHAFT

O VAPOR CARGUEIRO

PERNAMBUCO

esperado do sul em meados de Setembro, sahirá depois da in-
dispensável demora para os portos de: LEIXOES, ANTUER-
PIA, BREMEN e HAMBURGO.

NORDDEUTSCHER LLOYD, BREMEN

O VAPOR CARGUEIRO

MUNSTER

esperado do sul em 20 de Setembro, sahirá depois de curta
demora para a Europa.

Para todas as informações, sobre passagens, cargas, etc.,
queiram dirigir-se aos Agentes:

HERM. STOLTZ & Co.

AVENIDA MARQUEZ DE OLINDA 35 TELEPHONE 9013

Companhia Carboniterra Rio-Grandense

LINHA SEMANAL RAPIDA, DE RECIFE A PORTO ALEGRE, COM OS NOVOS E POSSANTES CARGUEIROS: "PORTO
ALEGRE", "PIRATINI", "BUTIA", "HERVAL", "TAQUI", "CHUI", "TAMBAU" e "CAXIAS"
Linha quinzenal para o Norte, até S. Luiz do Maranhão, com escalas pelos principais portos intermediarios
SAIDAS DE RECIFE TODAS AS QUARTAS-FEIRAS

O NOVO E POSSANTE CARGUEIRO

"CAXIAS"

Esperado do Norte no dia 20 do corrente, sahirá no mesmo
dia, para: MACEIO, RIO, SANTOS, RIO GRANDE, PELO-
TAS e PORTO ALEGRE.

Todos os vapores recebem carga para os portos de: PARANA GUÁ, ANTONINA, ITAL, SÃO FRANCISCO e FLORIANOPOLIS, com
mais mais cuidados e rápida baldeação no RIO DE JANEIRO.

A Companhia dispõe do Armazem N. 4, do Cais do Porto do Rio de Janeiro, unico que tem os PATEOS COBERTOS no serviço de
cabotagem, oferecendo assim grande vantagem aos srs. embarcadores.

AGENTE: SOCIEDADE ANONIMA MAGALHÃES

Teleg.: BUTIA e RECIDUORO

RUA DO APOLO, 53 e 59 — TELEPHONE, 9-2-4-2

LLOYD REAL HOLLANDEZ

"A Linha onde V. Ex. não é um mero numero,
mas recebe toda atenção pessoal"

ZEELANDIA

Esperado de AMSTERDAM e escalas, no dia 23 do corren-
te, saindo no mesmo dia para: BAHIA, RIO DE JANEI-
RO, SANTOS e BUENOS AIRES.

VAPORES	SUL	EUROPA
FLANDRIA	23 de Agosto	25 de Agosto
ZEELANDIA	13 de Setembro	15 de Setembro
ORANIA	30 de Setembro	6 de Outubro
FLANDRIA	25 de Outubro	—
ZEELANDIA	—	17 de Novembro

PREÇO DE PASSAGENS NO PAQUETE "ZEELANDIA"

Bahia ... 116\$200
RIO DE JANEIRO ... 310\$000
SANTOS ... 361\$000
BUENOS AIRES ... 916\$000

Frederick Von Sohsten

AVENIDA MARQUEZ DE OLINDA N. 175 — RSCEFE
CAIXA POSTAL N. 100 — TELEPHONE N. 9055

OSCAR & Cia. - Seccão Maritima

AVENIDA RIO BRANCO, 126 — Tel. 9424

PAQUETE

"ARARAQUARA"

Esperado na terça-feira 28, pela manhã, sahirá à noite,
para: Cabedelo, voltando e sahirá na quinta-feira 30, à noite,
para: Maceio, Bahia, Victoria, Rio, Santos, Rio Grande, Pe-
lotas e Porto Alegre.

"NORTE"

"VICTORIA"

Esperado no dia 23, sahirá para: Cabedelo, Natal, For-
taleza, Maranhão e Pará.

"SUL"

"CAMPINAS"

Esperado no dia 25, sahirá para: Bahia, Rio, Santos, Rio
Grande, Pelotas e Porto Alegre.

AGENTES — Av. Rio Branco, 126 — Phone 9424
Tel. "NACIONAL"

